

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**Convergência Real da economia portuguesa desde a adesão à
União Europeia**

José Miguel Salvado da Rocha Carlos Marques

Orientação: Doutor João Carlos Ferreira Lopes

Júri:

Presidente:

Doutor João Martins Ferreira do Amaral, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Doutor Mário Nunes Gomes Bairrada, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor João Carlos Ferreira Lopes, professor auxiliar com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciências Económicas

Lisboa, Dezembro de 2009

RESUMO

A convergência real entre espaços económicos (países/regiões), em sentido abrangente, reflecte uma tendência de redução dos diferenciais de desenvolvimento entre os espaços económicos.

No trabalho realizado, foi considerada a economia portuguesa no período posterior à adesão à União Europeia, verificámos como se comportou o processo de convergência real de Portugal no contexto da União Europeia.

No plano teórico foi considerada a convergência real medida em sentido estrito através do PIB per capita dos espaços económicos.

Para analisarmos a convergência real de uma forma empírica, utilizamos os seguintes indicadores: “catching up” face ao líder, convergência sigma, convergência beta absoluta e convergência beta condicional.

No plano empírico, a análise foi efectuada em três contextos interligados. Em primeiro lugar foi estudada a convergência real da economia portuguesa relativamente aos espaços Economia Mundial e União Europeia a 15. Em segundo lugar foi estudada a convergência real numa perspectiva interna, analisando a convergência entre as regiões portuguesas Nuts II e a respectiva convergência com a média comunitária. Por último procuramos salientar a importância dos fundos estruturais como instrumento da política de coesão da União Europeia.



ABSTRAC

Real convergence between economic areas (countries / regions) in a comprehensive sense, it reflects a trend of reducing the difference in development between the economic areas.

In the work, was considered the Portuguese economy in the period after EU accession, we found behaved as the process of real convergence in Portugal for the European Union.

At the theoretical level was considered the real convergence in the strict sense measure by GDP per capita of the economic areas.

To analyze the real convergence of an empirical way, we used the following indicators: "catching up" against the leader, sigma convergence, beta convergence absolute and beta convergence conditional.

Empirically, the analysis was conducted in three interrelated contexts. First we studied the real convergence of the Portuguese economy for World Economics spaces and the EU-15. Secondly we studied the convergence of a real internal perspective, analyzing the convergence between Portuguese regions Nuts II and its convergence with the EU average. Finally we seek to emphasize the importance of structural funds as an instrument of cohesion policy in the European Union.

Keywords: convergence, real convergence, "catching up" against the leader, sigma convergence, beta convergence absolute, beta convergence conditional, Portugal, European Union

ÍNDICE

RESUMO	2
ABSTRAC.....	3
ÍNDICE.....	4
1 Introdução.....	8
2 Enquadramento teórico e metodológico	9
2.1 Teorias do crescimento	9
2.1.1 Modelo de crescimento neoclássico tradicional (Solow, 1956) – convergência absoluta.....	9
2.1.2 Modelos de crescimento endógeno (Romer, 1986, 1990; Lucas, 1998) – Divergência.....	11
2.1.3 Modelo de crescimento neoclássico alargado ao capital humano (Mankiw, Romer e Weil,1992) e Introdução do conceito convergência condicional (BARRO E SALA-i-Martin,1992)	12
2.2 Métodos e indicadores	13
2.2.1 “Catching up” face ao líder	13
2.2.2 Convergência sigma	13
2.2.3 Convergência beta absoluta	13
2.2.4 Convergência beta condicional.....	13
3 Economia portuguesa no contexto da economia europeia e mundial.....	15
3.1 Fontes estatísticas e procedimentos metodológicos utilizados	15
3.2 Níveis de produto por habitante	17
3.3 “Catching up” face ao líder económico mundial (EUA)	18
3.4 Convergência sigma.....	19
3.5 Dinâmica de crescimento dos países membros da UE15.....	20
3.5.1 Peso demográfico e económico	20
3.5.2 Produto por habitante	21
3.5.3 “Catching up” face ao líder tecnológico	22
3.5.4 Convergência de portugal face à média da EU.....	24

3.6	Convergência na EM e na U15: análise econométrica	26
3.6.1	Convergência absoluta.....	26
3.6.2	Convergência condicional	28
4	Análise da convergência regional na UE	30
4.1	Fontes estatísticas e procedimentos metodológicos utilizados	30
4.2	Evolução das diferenças regionais na UE ao longo do período 1980-1995	30
4.3	Evolução das diferenças regionais na UE ao longo do período 1995-2006	34
4.3.1	Convergência sigma no período 1995-2006 Nuts II (UE25)	37
4.3.2	Convergência beta absoluta no período 1996-2006	37
4.3.3	Evolução PIB per capita das regiões portuguesas no período 1996-2006	38
5	Política de Coesão e importância dos Fundos Estruturais.....	41
5.1	Política de coesão.....	41
5.2	Fundos estruturais	44
5.2.1	Reforma Fundos Estruturais (FE) (período 2000 a 2006)	45
5.2.2	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013	49
5.3	Importância dos Fundos Estruturais para a convergência real da economia portuguesa.....	54
6	Conclusões.....	57
	Referências Bibliográficas.....	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 3.1 Peso demográfico da UE na EM (EM=100)	16
Gráfico 3.2 Peso económico da UE: PIB da UE15 (EM=100)	17
Gráfico 3.3 Evolução do PIB pc da UE15 e da EM	18
Gráfico 3.4 “Catching up” face ao líder mundial: PIB pc da UE15 e da EM (USA=100)	19
Gráfico 3.5 “Catching up” face ao líder mundial: taxa média de crescimento anual do PIB pc	19
Gráfico 3.6 Convergência Sigma.....	20
Gráfico 3.7 Peso demográfico na UE15 (1986)	20
Gráfico 3.8 Peso demográfico na UE15 (2007)	21
Gráfico 3.9 Peso económico relativo na UE15.....	21
Gráfico 3.10 Evolução do PIB pc na UE15.....	22
Gráfico 3.11 “Catching up” face ao líder mundial : PIB pc de Portugal e da UE15 (USA=100)	23
Gráfico 3.12 “Catching up” face ao líder mundial taxa média de crescimento do PIB pc	23
Gráfico 3.13 “Catching up” face à UE15 : PIB pc (UE15=100).....	25
Gráfico 3.14 “Catching up” face à UE15: taxa média de crescimento do PIB pc.....	26
Gráfico 3.15 Convergência absoluta 1987/2007 (EM).....	27
Gráfico 3.16 Convergência absoluta 1987/2007 (UE15)	27
Gráfico 4.1 Convergência Sigma	37
Gráfico 4.2 Convergência absoluta 1996/2006 Nuts II (UE25)	38
Gráfico 4.3 Evolução Pib Pc das Nuts II Portuguesas UE 15 = 100	39
Gráfico 4.4 Evolução Pib Pc das Nuts II Portuguesas UE 25 = 100	40

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1 Evolução relativa do PIB pc Português, Grego, Espanhol e Irlandês face ao PIB pc médio da UE15	25
Quadro 3.2 Taxa média de crescimento do Pib pc por intervalos	26
Quadro 3.3 Convergência condicional na EM – 1987/2007	29
Quadro 4.1 PIB per capita (PPC, EU12=100)	33
Quadro 4.2 PIB per capita (PPC, EU15=100)	35
Quadro 4.3 PIB per capita (PPC, EU25=100)	36
Quadro 5.1 Distribuição dos fundos no período 1994-1999:	46
Quadro 5.2 Distribuição dos fundos no período 2000-2006	48
Quadro 5.3 Objectivos, Fundos Estruturais e Instrumentos 2007-2013	50
Quadro 5.4 Política de Coesão 2007-2013 (Orç: 308.041 milhões de EUR, 0,37% do RNB da EU)	51
Quadro 5.5 Classificação das Regiões Portuguesas	52
Quadro 5.6 Recursos Financeiros do QREN- Portugal	52
Quadro 5.7 Impacto macroeconomico dos QCA I,II e III	55
Quadro 5.8 Impacto macroeconomico dos QCA I,II e III	56

1 INTRODUÇÃO

O projecto de integração europeu foi iniciado nos anos 50 do século XX, actualmente a União Europeia constitui um espaço de integração profundo e sem paralelo em termos mundiais.

Desde a adesão de Portugal à União Europeia (UE) em 1986, já decorreu um espaço temporal significativo, a avaliação da aproximação do nosso nível de vida ao nível dos países desenvolvidos da Europa afirma-se com especial pertinência, no contexto de uma análise que assuma como referência o crescimento e a convergência real. É com o objectivo de analisar a evolução do nível de vida português desde a adesão de Portugal à UE, de forma caracterizar a convergência real da economia portuguesa que orientamos a investigação a realizar no estudo que agora se apresenta.

Visando dar satisfação ao objectivo proposto, adoptamos uma estrutura de trabalho que agora esboçamos e que comporta quatro capítulos fundamentais.

O **capítulo 2** procura identificar os modelos de crescimento económico, usualmente mais utilizados no estudo da convergência entre espaços económicos. Adicionalmente, procuramos caracterizar os indicadores de convergência de forma poder verificar, com base nos mesmos, se existe aproximação entre espaços económicos.

O **capítulo 3** pretende caracterizar a evolução da economia portuguesa no contexto da economia europeia e mundial, neste capítulo procuramos analisar de forma empírica, com recurso aos indicadores de convergência, o posicionamento da economia portuguesa desde a adesão à UE.

O **capítulo 4** apresenta uma análise da convergência regional na UE, neste capítulo procuramos estudar o comportamento no PIB pc nas regiões nível NUTS II, com preocupação de identificar a evolução do nível de vida apresentado pelas regiões portuguesas desde a adesão à UE.

O **capítulo 5** descreve a Política de Coesão e os Fundos Estruturais, com análise pretendemos por em evidência a importância dos Fundos Estruturais na economia nacional, com o consequente impacto nos indicadores macroeconómicos relevantes que aferir o crescimento económico.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1 TEORIAS DO CRESCIMENTO

O crescimento económico representando o aumento do volume da produção nacional ao longo do tempo, tem sido um dos mais antigos, relevantes e complexos domínios da Ciência Económica.

As teorias do crescimento pretendem responder às questões relacionadas com os diferentes ritmos de crescimento económico quer entre países quer ao longo dos anos para o mesmo país.

A identificação de mecanismos explicativos da disparidade de modelos de evolução dos níveis de rendimento per capita ¹ em diferentes países e regiões, constitui a principal preocupação para a abordagem teórica da convergência.

2.1.1 MODELO DE CRESCIMENTO NEOCLÁSSICO TRADICIONAL (SOLOW, 1956) – CONVERGÊNCIA ABSOLUTA

O modelo considera uma função de produção com dois factores, capital e trabalho, considerando as seguintes hipóteses:

- a) os factores são substituíveis e perfeitamente divisíveis;
- b) cada factor observa a lei dos rendimentos físicos marginais decrescentes;
- c) os rendimentos técnicos são constantes à escala e
- d) tudo se passa como se, na economia, se produzisse um único bem homogéneo que tanto pode ser afecto ao consumo como à formação de capital.

O modelo de Solow considera que a evolução da economia se faz no sentido de o PIB e o stock de capital físico crescerem à mesma taxa da população. Solow considera que quer o rendimento por trabalhador quer o capital físico por trabalhador tenderão para constantes ao longo do tempo, situação conhecida como estado estacionário.

¹ Para medir o crescimento económico é usualmente utilizada a evolução do PIB ou do PIB per capita.



O modelo de Solow considera que a economia tende para a aproximação do estado estacionário, mas não entra nele. Desta forma será possível manter uma taxa de crescimento do PIB per capita embora essa vá sendo cada vez mais diminuta e tenda para zero.

No modelo não foi considerado o crescimento do capital humano nem o progresso técnico. No entanto, os factos do crescimento apontam para a importância destes factores no crescimento do PIB. No modelo de Solow progresso técnico é visto como um dado fora do sistema económico é encarado como exógeno.

Segundo o modelo as economias tendem a aproximar-se do estado estacionário. No entanto, o estado estacionário é diferente consoante as economias.

Segundo o modelo de Solow a evolução económica para o estado estacionário implica uma convergência entre as economias, regiões. Segundo o autor, países com baixos rácios de capital por trabalhador tendem a crescer mais rapidamente que economias mais ricas, pelo que há uma tendência para o "catching up". Esta situação, é justificada com os rendimentos marginais decrescentes do capital, que garantem que economias de PIB per capita baixo, com um baixo stock de capital por trabalhador, apresentam produtividades marginais do capital superiores a economias de PIB per mais elevado.

De acordo com a visão neoclássica de Solow, deveria existir um acentuado processo de convergência motivado pelo processo de integração europeia que geraria maior mobilidade dos factores de crescimento e facilitaria a difusão conhecimento.

A hipótese de que as economias pobres crescem mais rapidamente que as economias ricas é conhecida como hipótese da convergência absoluta. No entanto, esta hipótese não tem sido verificada em termos empíricos de forma inequívoca no estudo da convergência absoluta entre países ou regiões sempre que as amostras englobem economias com elevadas disparidades nos níveis de rendimento iniciais.

A limitação apontada no parágrafo anterior, tende a ser explicada pelos modelos que rompem com os pressupostos centrais da função produção de Solow que tentarão explicar a não convergência através da existência de mecanismos endógenos às economias que contrariam permanentemente os rendimentos marginais decrescente do capital ou de qualquer outro factor acumulável.

2.1.2 MODELOS DE CRESCIMENTO ENDÓGENO (ROMER, 1986, 1990; LUCAS, 1998) – DIVERGÊNCIA

Os modelos de crescimento endógeno integrados, também, no paradigma neoclássico justificam que a inexistência de convergência decorre de factores que em certas condições não exibem rendimentos marginais decrescentes, ou, a existência de mecanismos, geralmente, associados a externalidades que contrariam os rendimentos decrescentes dos factores acumuláveis.

A hipótese dos rendimentos marginais do capital decrescentes, não se tem verificado de forma empírica para amostras alargadas de países e a hipótese de migração maciça de capitais dos países ricos para os países pobres na procura de maiores rentabilidades não se tem verificado. Esta situação, é encarada como uma forte limitação ao modelo de Solow, apresentado no ponto anterior.

A limitação descrita, leva Romer (1986) a colocar em causa a hipótese básica da teoria do crescimento tradicional, é proposto um novo modelo de crescimento baseado na possibilidade de existirem rendimentos marginais do capital (humano e físico) não decrescentes, esta corrente foi mais tarde conhecida como teoria do crescimento endógeno.

Esta abordagem do crescimento tem como hipótese uma situação de crescimento de longo prazo, considerando o progresso técnico como uma variável endógena.

Na análise da convergência há que referir que a existência de rendimentos marginais dos factores acumuláveis não decrescentes (devido à manifestação de externalidades associadas ao investimento em capital físico e humano, quer na introdução ao longo do tempo de novos produtos ou processos produtivos associados ao investimento privado em I&D –Romer,1990) coloca em causa o mecanismo gerador de convergência utilizado na análise tradicional de Solow, nesta medida salienta-se a ideia de que os países mais bem dotados de factores acumuláveis continuaram a ter vantagem sobre os países mais pobres, esta situação pois em relevo uma dinâmica de divergência.

A partir do modelo de crescimento endógeno resulta um cenário com uma multiplicidade de padrões de crescimento, em que é possível cada país seguir um caminho próprio, como consequência das condições de partida e da dinâmica dos agentes que actuam sobre os factores-chave do crescimento.

2.1.3 MODELO DE CRESCIMENTO NEOCLÁSSICO ALARGADO AO CAPITAL HUMANO (MANKIW, ROMER E WEIL, 1992) E INTRODUÇÃO DO CONCEITO CONVERGÊNCIA CONDICIONAL (BARRO E SALA-I-MARTIN, 1992)

A inclusão do capital humano no modelo de Solow foi efectuada de forma pioneira por Gregory Mankin, David Romer e David Weil.

Esta análise procurou responder a duas questões básicas: a primeira, saber se o modelo de Solow é consistente com a experiência empírica e segunda acrescentar o capital humano ao modelo de Solow.

Estes autores acrescentam ao modelo de Solow o capital humano como mais um factor de produção. Restringindo o capital humano à educação, utilizando uma taxa de acumulação de capital humano, medida pela percentagem da população em idade activa que se encontra no ensino secundário. Com base nas estimativas obtidas, os autores, retiram as seguintes conclusões: o capital humano tem relevância significativa nas amostras utilizadas; o novo factor de produção, reduz em grande medida a dimensão do coeficiente do investimento em capital físico e por fim concluíram que a utilização do capital humano melhora o ajustamento da regressão.

Segundo este modelo, a taxa de crescimento da população, as taxas de investimento em capital físico e humano permitem explicar 80% da variação internacional dos níveis de rendimento, tendo por isso um papel muito relevante na explicação das disparidade de rendimentos entre países. Este alargamento do modelo neoclassico, tem como consequência imediata a baixa velocidade de convergência esperada, determinada pela perda, no modelo, de importância relativa dos rendimentos marginais decrescentes do capital físico.

Segundo o paradigma neoclássico, a não existência de convergência absoluta, tem sido explicada como resultado de as diferentes unidades económicas (países ou regiões) se encontrarem a convergir para diferentes níveis de “steady states” (estados

estacionários), correspondendo esta situação à chamada convergência condicional (BARRO E SALA-I-MARTIN (1991) (1992)).

Estes modelos que podem ser classificados como “visão tradicional qualificada” têm como grande diferença, relativamente aos modelos de crescimento endógeno o facto de no longo prazo quando todos os países tiverem alcançado o seu estado estacionário, existirá necessariamente uma igualização das taxas de crescimento determinadas pela taxa de progresso técnico exógena, ainda que os países se posicionem em diferentes níveis de rendimento per capita.

2.2 MÉTODOS E INDICADORES

2.2.1 “CATCHING UP” FACE AO LIDER

Quando, essencialmente em termos comparados, se analisa o comportamento de crescimento das economias, estuda-se se existe ou não uma aproximação ao nível de produto per capita do líder económico mundial.

2.2.2 CONVERGÊNCIA SIGMA

Avaliar a aproximação ou afastamento relativos dos níveis médios de bem-estar entre países ou regiões.

A convergência sigma analisa a evolução de uma medida de dispersão do (logaritmo) do PIB por habitante (o desvio padrão, por exemplo) num determinado horizonte temporal.

2.2.3 CONVERGÊNCIA BETA ABSOLUTA

Este tipo de convergência é entendida como a obtenção de sinal negativo no parâmetro estimado numa regressão entre taxas de crescimento e nível do produto por habitante inicial, tal significando que os países inicialmente menos desenvolvidos apresentam um crescimento económico superior.

2.2.4 CONVERGÊNCIA BETA CONDICIONAL

Este tipo de convergência é normalmente analisada quando não existe convergência beta absoluta e/ou em casos de amostras alargadas e heterogéneas.

Trata-se de complementar o modelo de Solow (1956) (associado à convergência beta absoluta) de forma a explicar o crescimento económico acrescentando variáveis adicionais à regressão, trabalhando como controladores (“proxies”) de equilíbrios de longo prazo (“steady states”) diferentes entre países, para que seja possível obter um parâmetro estimado para a variável “Pib pc inicial” com sinal negativo.

No caso do modelo de Solow, as variáveis naturais, para testar a existência de convergência condicional, são a taxa de crescimento demográfico e a taxa de poupança (ou o esforço de investimento em percentagem do produto).

3 ECONOMIA PORTUGUESA NO CONTEXTO DA ECONOMIA EUROPEIA E MUNDIAL

O principal objectivo deste capítulo é fazer uma análise sobre a evolução de Portugal comparativamente com a União Europeia e desta com a Economia Mundial, a que fazemos corresponder um conjunto alargado de países (trata-se da amostra de 189 países para os quais se dispõe de dados para o período 1950-2007, na PWT 6.3 “Penn World Table Version 6.3” de Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten (2009), a principal fonte estatística utilizada em comparações internacionais deste tipo).

A evolução do comportamento económico global da União Europeia (EU) resulta de dinâmicas de crescimento diferenciadas dos seus países membros.

Para compreendermos de forma mais adequada o comportamento económico da União Europeia no contexto global, faz-se também uma análise da dinâmica (ou dinâmicas) de convergência: “convergência sigma” (evolução de uma medida de dispersão do logaritmo do produto por habitante) e “convergência beta” (regressão entre a taxa de crescimento e o nível inicial do produto por habitante), absoluta.

3.1 FONTES ESTATÍSTICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS

Os dados estatísticos necessários para esta análise foram retirados da base PWT 6.3 “Penn World Table Version 6.3” de Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten (2009), designadamente os que correspondem à população (POP), ao PIB per capita (RGDPCH) e ao peso do investimento no produto (KI). A obtenção do PIB total para cada país resultou da multiplicação da população pelo PIB per capita.

O PIB per capita dos diferentes países está em paridades de poder de compra (PPC), para ter em conta diferenças de preços. O PIB per capita medido em PPC é determinado, de forma simplificada, calculando para cada país o valor do cabaz médio de bens de consumo desse país e apurando, em seguida, quantos desse cabaz tipo o Rendimento per capita do país permite adquirir. Uma unidade de PPC possibilita, portanto, comprar a mesma quantidade de bens e serviços em todos os países. Desta

forma, as PPC fornecem um instrumento fundamental de medida comum que permite comparação de níveis de vida entre vários países, num contexto global.

Designaremos, na presente análise, como Economia Mundial (EM) a que equivale aos 189 países da base PWT 6.3, para os quais se dispõe de dados relativos ao período 1950-2007.

Na análise efectuada consideramos apenas o período 1986-2007, uma vez que a adesão Portuguesa à União Europeia teve lugar no ano de 1986.

Relativamente, às comparações efectuadas o PIB per capita (PIB pc) da Economia Mundial (EM) e da União Europeia (EU) corresponde a valores ponderados com a população de cada país, o PIB global é ponderado pela População global, desta forma não será considerada a média simples dos produtos per capita dos países.

Considerando como Economia Mundial o conjunto dos 189 países da amostra alargada e por União Europeia o conjunto dos 15, 25 ou 27 países membros, conforme os alargamentos da UE a partir de 1986, podemos constatar através dos gráficos 3.1 e 3.2 que se verificou entre 1986 e 2007, um importante recuo demográfico e económico da UE (15) em relação à EM. Em termos de população passa-se de 6,07% para 4,90% e em termos de PIB total passa-se de 22,88% para 14,94%. Estas variações são explicadas, essencialmente, pelo aumento de importância de economias como a China, a Índia, o Brasil e o Japão.

Gráfico 3.1 Peso demográfico da UE na EM (EM=100)

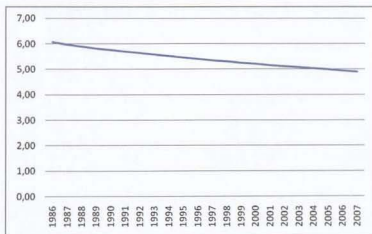


Gráfico 3.2 Peso económico da UE: PIB da UE15 (EM=100)



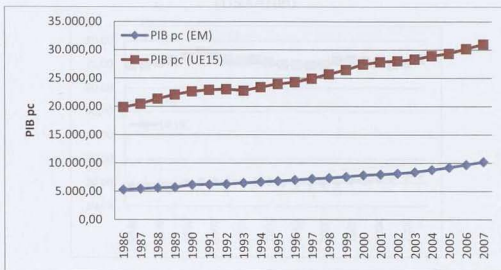
3.2 NÍVEIS DE PRODUTO POR HABITANTE

No que respeita ao PIB per capita (ver gráfico 3.3) registou-se uma diminuição da percentagem do PIB per capita da UE15, relativamente ao PIB per capita médio da EM. Em 1986, o PIB per capita da EU15 representava um valor correspondente a 377,25% da média mundial, passando para um valor de 304,55% em 2007.

Dado tratarem-se de dados ponderados com a população, não será estranho a este declínio relativo o apreciável e sustentado aumento do produto por habitante na China que de 29,42% em 1986, passa para um valor de 80,55% em 2007.

A comparação do PIB pc da UE15 e da EM entre os anos 1986 e 2007, revela a manutenção duma acentuada disparidade, contudo esta diminuiu em termos relativos.

Gráfico 3.3 Evolução do PIB pc da UE15 e da EM



3.3 “CATCHING UP” FACE AO LÍDER ECONÓMICO MUNDIAL (EUA)

Quando se analisa o comportamento de crescimento das economias, particularmente em termos comparados, é importante verificar se existe ou não uma aproximação ao nível de produto per capita do líder económico mundial (EUA), o chamado “catching up”.

Em termos globais (ver gráfico 3.4), constata-se que existe “catching up” da Economia Mundial e da UE15 face aos EUA ao longo de todo o período em análise (1986-2007), embora muito ligeiro.

No caso da Economia Mundial passa-se de um valor de PIB pc relativo de 18,4% para um valor de 23,77%, e, no que respeita à UE 15 passa-se de um valor de PIB pc relativo de 69,58% para um valor de 72,20%.

Em termos de análise da taxa média de crescimento anual realtiva, nos casos da Economia mundial e da UE15 verificou-se uma aproximação ao líder mundial no período de 1987-2007 (ver gráfico 3.5). De salientar que a aproximação foi mais acentuada nos períodos 1987-1991 e 2002-2007. No entanto, no caso da UE15 no período de 1992-1996, registou-se uma taxa de crescimento médio do PIBpc menor que a dos EUA.

Gráfico 3.4 “Catching up” face ao líder mundial: PIB pc da UE15 e da EM (USA=100)

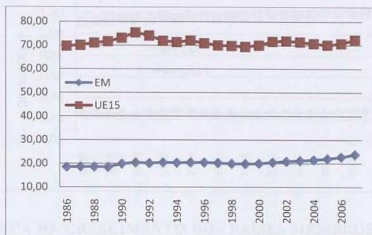
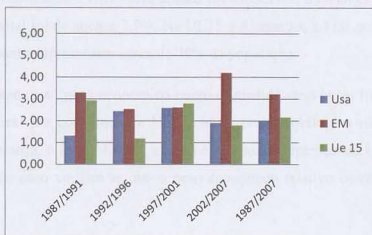


Gráfico 3.5 “Catching up” face ao líder mundial: taxa média de crescimento anual do PIB pc

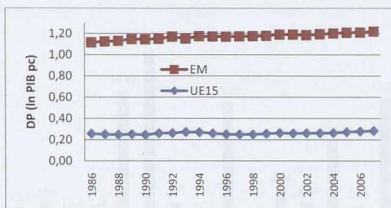


3.4 CONVERGÊNCIA SIGMA

Um dos métodos mais utilizados para avaliar a aproximação ou afastamento relativos dos níveis médios de bem-estar entre países ou regiões, tecnicamente designado por convergência sigma, é analisar a evolução de uma medida de dispersão do (logaritmo) do PIB por habitante (o desvio padrão, por exemplo) num determinado horizonte temporal.

Aplicado às duas amostras que aqui temos vindo a estudar (EM e UE15) este método permite constatar que entre 1986 e 2007 se verifica um aumento da divergência entre países, essencialmente, a nível mundial onde a amostra é mais alargada (gráfico 3.6). Na UE15 existe apenas um ligeiro aumento da dispersão.

Gráfico 3.6 Convergência Sigma



3.5 DINÂMICA DE CRESCIMENTO DOS PAÍSES MEMBROS DA UE15

3.5.1 PESO DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO

No período em análise, 1986-2007, o peso demográfico individual dos países (gráficos 3.7 e 3.8) que constituem a UE15 teve apenas oscilações não relevantes e o crescimento da população total foi de apenas 7,5%. Na UE15 a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e a Espanha representam cerca de 79% da população.

No que diz respeito ao peso económico relativo, medido através do PIB total (gráfico 3.9) dos países que constituem a UE15, teve apenas oscilações não relevantes, a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e a Espanha representam cerca de 79% do PIB total. Neste caso verifica-se que o peso económico relativo corresponde ao peso demográfico.

Gráfico 3.7 Peso demográfico na UE15 (1986)

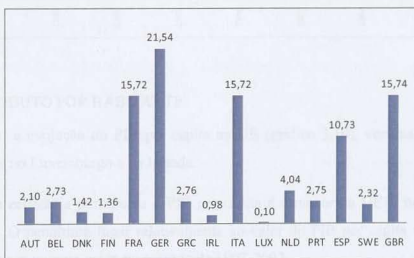


Gráfico 3.8 Peso demográfico na UE15 (2007)

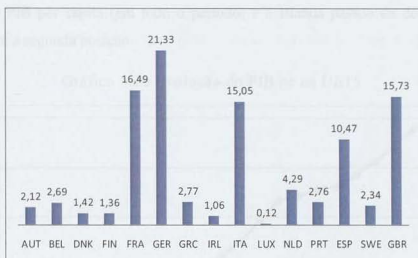
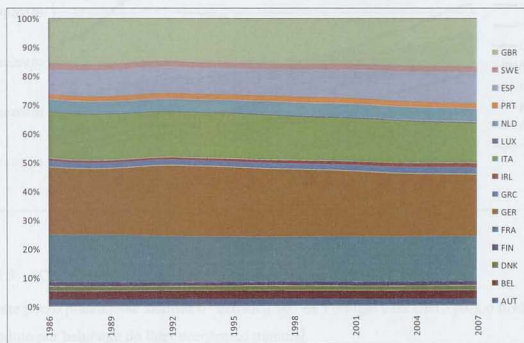


Gráfico 3.9 Peso económico relativo na UE15



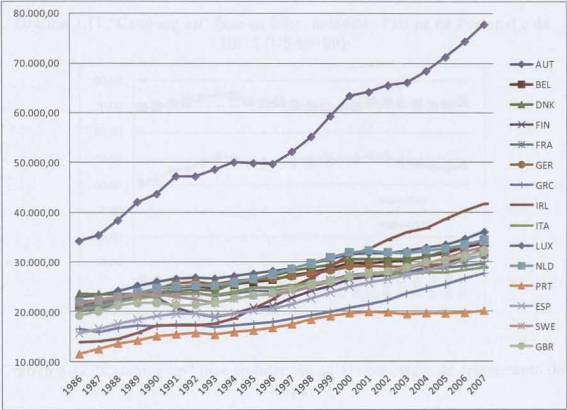
3.5.2 PRODUTO POR HABITANTE

Analisando a evolução do PIB per capita na UE (gráfico 3.10), verifica-se um forte crescimento no Luxemburgo e na Irlanda.

No caso da economia portuguesa o PIB per capita é o menor da UE15 no período de 1986-2007. O penúltimo lugar relativamente ao valor do PIB per capita na UE15 foi ocupado pela economia grega no período de 1993-2007.

De salientar que no período em análise o Luxemburgo manteve sempre o valor mais elevado do PIB per capita (em todo o período) e a Irlanda passou da décima quarta posição para a segunda posição.

Gráfico 3.10 Evolução do PIB pc na UE15



3.5.3 “CATCHING UP” FACE AO LÍDER TECNOLÓGICO

Neste ponto pretende-se analisar o “catching up” de Portugal e da UE15 para o nível de produto por habitante do líder económico mundial.

Em termos globais (ver gráfico 3.11), constata-se que existe “catching up” de Portugal e da UE15 face aos EUA ao longo de todo o período em análise (1986-2007).

No caso de Portugal passa-se de um valor de PIB per capita relativo de 40,2% para um valor de 46,9%, e, no que respeita à UE 15 passa-se de um valor de PIB per capita relativo de 69,58% para um valor de 72,20%.

Nos casos de Portugal e da UE15 verificou-se uma aproximação ao líder mundial no período de 1987-2007 (ver gráfico 3.12). De salientar que a aproximação foi mais

acentuada nos períodos 1987-1991 e 1997-2001. Os períodos 1992-1996 e 2002-2007 evidenciam um afastamento do PIBpc em relação ao líder mundial, no primeiro dos períodos o afastamento é maior para a UE15 e no segundo período existe um forte afastamento de Portugal.

Gráfico 3.11 “Catching up” face ao líder mundial : PIB pc de Portugal e da UE15 (USA=100)

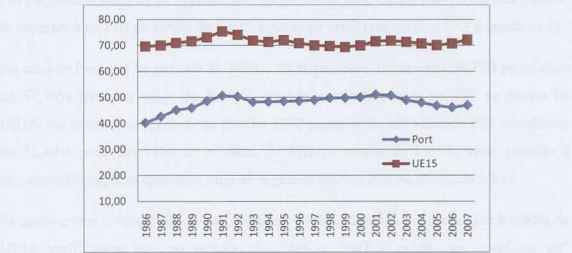
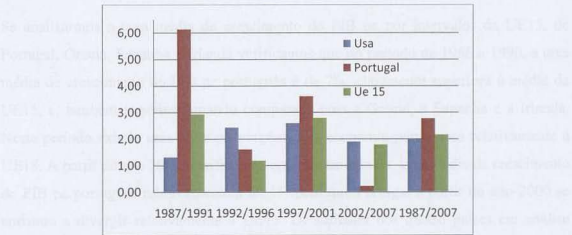


Gráfico 3.12 “Catching up” face ao líder mundial taxa média de crescimento do PIB pc



3.5.4 CONVERGÊNCIA DE PORTUGAL FACE À MÉDIA DA EU

Neste ponto pretende-se analisar o “catching up” de Portugal face à média da UE15 para o nível de produto por habitante

No período de 1986 a 2007, analisando a evolução do PIB pc português, grego, espanhol e Irlandês face ao PIB pc médio da UE15, verificamos que existe uma forte convergência da Espanha e da Irlanda, com destaque para o caso Irlandês que a partir de 1997 apresenta um PIB pc superior ao PIB pc médio da UE15, o PIB pc espanhol torna-se superior à ao PIB pc médio da UE15 a partir de 2006 (ver gráfico 3.13 e quadro 3.1).

No caso de Portugal no período de 1986 a 2000, passa-se de um valor de PIB pc relativo de 57,76% para um valor de 71,46% quando comparado com ao PIB pc médio da UE15. No entanto, no período de 2000 a 2007 passa-se de um valor de PIB pc relativo de 71,46% para um valor de 65,00% do PIB pc médio da UE15, neste período a economia Portuguesa apresenta uma divergência face ao PIB pc médio da UE15.

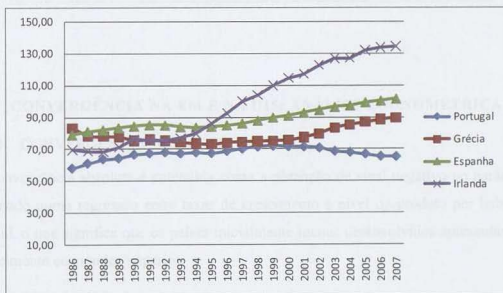
Se analisarmos o “catching up” de Portugal, Grécia, Espanha e Irlanda face à média da UE15 verificamos que no período de 1986 a 2007 e existe um “catching up” generalizado face ao PIB pc médio da UE15, excepto no caso da economia portuguesa que para o período de 2000 a 2007 se destaca a divergência face à média da UE15 (ver gráfico 3.13 e quadro 3.1).

Se analisarmos a taxa média de crescimento do PIB pc por intervalos da UE15, de Portugal, Grécia, Espanha e Irlanda verificamos que no período de 1986 a 1990, a taxa média de crescimento do PIB pc português é de 7%, claramente superiora à média da UE15, e, também superiora quando comparada com a Grécia, a Espanha e a Irlanda. Neste período existiu uma forte convergência da economia portuguesa relativamente à UE15. A partir do ano 2000, verificamos um afastamento da taxa média de crescimento do PIB pc português relativamente à UE15, pelo que Portugal a partir do ano 2000 se encontra a divergir relativamente à UE15. De salientar dos quatro países em análise Portugal é o único que a partir do ano de 2000 se encontra a divergir da UE15 (ver gráfico 3.14 e quadro 3.2)..

Quadro 3.1 Evolução relativa do PIB pc português, grego, espanhol e irlandês face ao PIB pc médio da UE15

Ano	Portugal	Grécia	Espanha	Irlanda
1986	57,76	83,21	78,94	69,61
1987	60,85	77,90	81,16	68,55
1988	63,60	78,06	82,10	68,17
1989	64,11	77,81	83,45	71,03
1990	66,45	75,18	84,41	76,22
1991	67,23	75,86	85,21	75,29
1992	67,88	75,14	85,02	75,01
1993	67,12	74,29	83,86	76,92
1994	67,71	73,35	83,61	79,51
1995	67,31	72,98	84,14	86,03
1996	68,62	73,76	84,99	92,30
1997	69,98	74,45	86,09	100,03
1998	71,33	74,67	87,82	103,72
1999	71,81	74,97	89,76	109,92
2000	71,46	75,48	90,92	114,41
2001	71,36	77,14	92,71	117,07
2002	70,67	79,46	94,50	122,54
2003	68,53	83,14	96,38	126,83
2004	67,83	85,17	97,33	127,10
2005	66,70	86,83	99,39	131,82
2006	65,20	88,46	100,39	133,82
2007	65,00	89,52	101,55	134,43

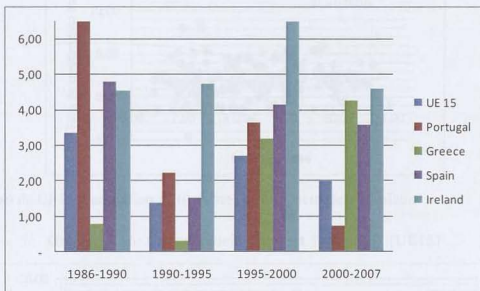
Gráfico 3.13 “Catching up” face à UE15 : PIB pc (UE15=100)



Quadro 3.2 Taxa média de crescimento do Pib pc por intervalos

	1986-1990	1990-1995	1995-2000	2000-2007
UE 15	3,35	1,38	2,70	1,99
Portugal	7,00	2,23	3,63	0,73
Grécia	0,79	0,30	3,19	4,27
Espanha	4,80	1,53	4,15	3,57
Irlanda	4,55	4,75	9,13	4,59

Gráfico 3.14 “Catching up” face à UE15: taxa média de crescimento do PIB pc



3.6 CONVERGÊNCIA NA EM E NA U15: ANÁLISE ECONOMETRICA

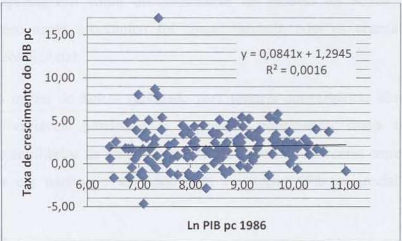
3.6.1 CONVERGÊNCIA ABSOLUTA

A convergência absoluta é entendida como a obtenção de sinal negativo no parâmetro estimado numa regressão entre taxas de crescimento e nível do produto por habitante inicial, o que significa que os países inicialmente menos desenvolvidos apresentam um crescimento económico superior.

Um dos resultados mais conhecidos na literatura deste tipo é a ausência de convergência em amostras alargadas (e heterogêneas) de países (ver, por exemplo, Barro e Sala-i-Martin (1992)).

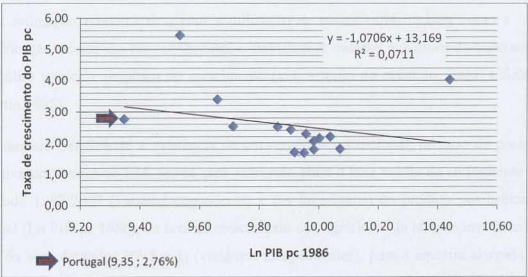
No período relativo ao nosso estudo verifica-se que na Economia Mundial, como se trata de uma amostra alargada, existe ausência de convergência beta (ver gráfico 3.15).

Gráfico 3.15 Convergência absoluta 1987/2007 (EM)



No caso da UE15 (ver gráfico 3.16) existe convergência Beta absoluta.

Gráfico 3.16 Convergência absoluta 1987/2007 (UE15)



Apesar de existir convergência absoluta na UE no período de 1987 a 2007, revela um ajustamento global muito fraco o que indica que a taxa média de crescimento do PIB pc no período será influenciada por outros factores além do logaritmo do produto por habitante inicial.

3.6.2 CONVERGÊNCIA CONDICIONAL

A ausência de convergência absoluta em amostras alargadas (e heterogéneas) de países, inicialmente apresentado como desajustamento do modelo de Solow (1956) para explicar o crescimento económico foi complementado com os chamados testes à convergência condicional.

Se ao modelo inicial de Solow (utilizado para testar a convergência absoluta) forem acrescentadas variáveis adicionais à regressão, trabalhando como controladores (“proxies”) de equilíbrios de longo prazo (“steady states”) diferentes entre países, será possível obter um parâmetro estimado para a variável “Pib pc inicial” com sinal negativo.

No caso do modelo de Solow, as variáveis naturais, para testar a existência de convergência condicional, são a taxa de crescimento demográfico e a taxa de poupança (ou o esforço de investimento em percentagem do produto).

Esta estimação econométrica, com a utilização de novas variáveis, bem como a sua justificação teórica são bem conhecidos e amplamente tratados nos livros de texto sobre a análise teórica e empírica do crescimento (ver, a título de exemplo, Barro e Sala-i-Martin, 1995)

De forma a verificar-se a existência de convergência condicional, no caso da posição relativa dos países da EM, fez-se uma regressão entre a taxa média de crescimento no período 1987-2007 (variável dependente) e (os logaritmos) do produto por habitante inicial (\ln PIB pc 1986), da taxa de crescimento demográfico e da taxa de investimento (KI da base de dados PWT 6.3) (variáveis independentes), para a amostra alargada de 159 países, EM (ver quadro 3.3), tendo-se confirmado os resultados bem conhecidos na literatura de: existência de convergência condicional, efeito detrimental do crescimento

demográfico no crescimento económico e efeito positivo neste último do esforço de investimento.

Quadro 3.3 Convergência condicional na EM – 1987/2007²

Dependent Variable: TX_CRES_PIB_PC_1987_2007
Method: Least Squares
Date: 06/20/10 Time: 18:08
Sample: 1 159
Included observations: 159

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	4.023116	1.713192	2.348316	0.0201
LN_PIB_PC_1986	-0.238527	0.178136	-1.339015	0.1825
TX_CRES_DEMO_1987_2007	-0.487046	0.207943	-2.342210	0.0204
TAXA_INV	0.041114	0.016762	2.452764	0.0153
R-squared	0.105873	Mean dependent var		1.978683
Adjusted R-squared	0.088567	S.D. dependent var		2.375540
S.E. of regression	2.267904	Akaike info criterion		4.500424
Sum squared resid	797.2251	Schwarz criterion		4.577630
Log likelihood	-353.7837	Hannan-Quinn criter.		4.531777
F-statistic	6.117794	Durbin-Watson stat		1.800853
Prob(F-statistic)	0.000584			

Apesar de existir convergência condicional na EM no período de 1987 a 2007, revela um ajustamento global muito fraco o que indica que a taxa média de crescimento no período será influenciada por outros factores além do logaritmo do produto por habitante inicial, da taxa de crescimento demográfico e da taxa de investimento.

² O cálculo da regressão foi efectuado através do software EViews6, não tendo sido incluídos na amostra os países que não apresentavam valor de produto por habitante inicial (1986)

4 ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA REGIONAL NA UE

4.1 FONTES ESTATÍSTICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS

Os dados estatísticos necessários para a análise do período 1995-2006 foram retirados da base EUROSTAT, designadamente os que correspondem ao PIB a preços de mercado para as regiões NUTS2 (Gross domestic product at current market prices at NUTS level 2) valorizado em paridades de poder de compra por habitante (Purchasing Power Standard per inhabitant). O PIB per capita das diferentes regiões está em paridades de poder de compra, para ter em conta diferenças de preços.

Actualmente, dados estatísticos disponíveis no EUROSTAT são elaborados com base no Sistema de Contas Europeu 1995 (ESA95), sendo apresentadas séries de dados a partir do ano 1995. Desta forma os dados estatísticos anteriores ao ano 1995 não são directamente comparáveis com os actuais.

Tendo em atenção a limitação referida no parágrafo anterior, optamos por utilizar como fonte para a análise do período de 1986 a 1995, o trabalho de Silva, Sandra e Silva, Mário Rui, (2000) “Crescimento económico nas regiões europeias: uma avaliação sobre a persistência das disparidades regionais no período 1980-95”. Na sequência da utilização daquele trabalho como fonte, o ponto “4.2 - Evolução das diferenças regionais na UE ao longo do período 1980-1995” deste capítulo, considera um período mais alargado do que o inicialmente pretendido.

4.2 EVOLUÇÃO DAS DIFERENÇAS REGIONAIS NA UE AO LONGO DO PERÍODO 1980-1995

Na análise à Evolução das diferenças regionais na UE ao longo do período 1980-1995, constatamos uma elevada assimetria nos níveis de desenvolvimento regionais,

verificando-se que não existe um processo significativo de convergência real, medida em termos absolutos.

A inexistência de convergência absoluta não invalida a possibilidade de existência de convergência condicionada, tendo como pressuposto que as diferentes regiões na UE estariam a convergir para diferentes níveis de “steady states” (estados estacionários), esta situação seria explicada por diferenças nas variáveis que definem o estado estacionário a nível regional, justificadas por especificidades nacionais, as diferenças na estrutura económica, localização das regiões, efeitos de aglomeração e distribuição das infra-estruturas físicas pelas regiões.

A outra explicação para a não existência de um processo significativo de convergência real medida de forma absoluta, terá como base a diferença tecnológica registada pelas regiões o que coloca em relevo a importância da inovação e da difusão de tecnologia no crescimento económico das regiões. A difusão tecnológica beneficia uma dinâmica de “catching-up”, na medida em que contribui para o crescimento das regiões com menor nível inicial de desenvolvimento.

O crescimento económico nas regiões da UE, ao longo do período 1980-1995 foi assinalado por alguns acontecimentos importantes que aumentaram as diferenças entre as regiões da UE: as adesões à Comunidade Europeia de países do Sul da Europa (Grécia em 1981 e Países Ibéricos em 1986), a conclusão do Mercado Único e, finalmente, o processo de convergência nominal traçado pelos objectivos e metas fixadas no Tratado da União Europeia, conducentes à União Monetária.

No quadro de aprofundamento da integração, a convergência dos níveis de desenvolvimento regionais constitui um objectivo central das políticas europeias, correspondendo à expressão espacial do princípio da coesão económica e social.

A nossa análise assenta numa amostra composta pelas regiões europeias, definida com base na Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) criada pelo EUROSTAT.

Numa primeira fase analisamos a evolução das disparidades regionais, testando a existência de convergência absoluta.

As disparidades de níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias, no período de 1980 a 1995, permanecem elevadas.

Em 1995, o grupo das 10 regiões mais ricas apresentava em média um PIB per capita, calculado às paridades do poder de compra, equivalente a 153% do valor médio da totalidade das regiões europeias UE12. Verificamos que a composição do grupo das regiões mais ricas pouco se altera no período 1980-1995.

No caso das dez regiões mais pobres representavam, no seu conjunto, cerca de 55% do PIB per capita médio (ver quadro 4.1). Na análise efectuada verificamos que o grupo das dez regiões mais pobres inclui em 1980 três regiões, Nuts II, portuguesas (Centro, Norte e Alentejo com 47%, 51% e 53% do PIB per capita médio, respectivamente), em 1995 existem ainda duas regiões portuguesas que se mantêm no grupo das regiões mais pobres (Alentejo e Centro com 57% e 59% do PIB per capita médio, respectivamente).

1980	1995
1980	1995
1980	1995
1980	1995
1980	1995
1980	1995

Quanto à igualdade territorial verificamos que as regiões mais pobres continuam ao longo do tempo. Londres, as Ilhas Britânicas, a Alemanha, a França, a Itália, o Norte e o Centro. No caso das regiões mais pobres destacamos o Sul da Europa.

A evolução ao longo do tempo da diferença (média) entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres (convergência) regista um comportamento de certa forma irregular caracterizado por uma diminuição de 1980 a 1984, um aumento de 1985 a 1991, seguida de nova diminuição 1992 a 1994 e um ligeiro agravamento ao final do decénio, contudo parece existir um processo de convergência muito lento. Salientar que, no entanto, a diferença entre a dispersão em 1980 e 1995 é pequena, evidenciando uma limitação de longo prazo das divergências ou da convergência.

A relação entre o nível inicial de PIB per capita e a taxa de crescimento é de menor variável ao longo do período 1980-1995, não se regista uma dinâmica de convergência nas disparidades regionais.

Quadro 4.1 PIB per capita (PPC, EU12=100)

	1980		1995
Grupo das 10 regiões mais ricas	146	Grupo das 10 regiões mais ricas	153
r12 Hamburgo	186	r12 Hamburgo	195
r53 Bruxelles	167	r53 Bruxelles	172
r21 Île de France	162	r6 Luxembourg	168
r14 Bremen	157	r21 Île de France	165
r32 Lombardia	133	r14 Bremen	154
r34 Emilia-Romagna	133	r16 Hessen	150
r41 Noord-Nederland	133	r32 Lombardia	133
r16 Hessen	129	r34 Emilia-Romagna	132
r1B Berlin	129	r31 2 Valle d'Aosta	131
r31 2 Valle d'Aosta	129	r19 Bayern	127
Grupo das 10 regiões mais pobres	49	Grupo das 10 regiões mais pobres	55
rA41 Voreio Aigaio	43	rA21 Ipeiros	43
rA21 Ipeiros	45	rA41 Voreio Aigaio	50
rB43 Extremadura	45	rB43 Extremadura	54
rC12 Centro	47	rA23 Dytiki Ellada	56
rA11 Anatoliki Makedonia, Thraki	49	rA25 Peloponnisos	57
rA22 Ionia Nisis	49	rB61 Andalucia	57
rC11 Norte	51	rC14 Alentejo	57
rA43 Kriti	53	rA1 1 Anatoliki Makedonia, Thraki	59
rC14 Alentejo	53	rC12 Centro	59
rA42 Notio Aigaio	54	r393 Calabria	60

Atendendo à localização geográfica verificamos que as regiões mais ricas estendem-se ao longo do eixo Londres até à Bélgica e Holanda, seguindo o Reno, e até à Itália do Norte e Centro. No caso das regiões mais pobres localizam-se no Sul da Europa.

A evolução ao longo do tempo da dispersão (medida através do desvio padrão) dos níveis de PIB per capita (convergência sigma) regista um comportamento de certa forma irregular caracterizando-se por uma diminuição de 1980 a 1984, um aumento de 1985 a 1987, seguido de nova diminuição 1988 a 1990 e um ligeiro agravamento no final da década, contudo parece existir um processo de convergência muito lento. Salienta-se que entretanto, a diferença entre a dispersão em 1980 e 1995 é reduzida, evidenciando uma inexistência de uma dinâmica clara de convergência ou de divergência.

A relação entre o nível inicial de PIB per capita e a taxa de crescimento desta mesma variável ao longo do período 1980-1995, mostra não existir uma dinâmica de convergência nas disparidades regionais.

No entanto, se fosse estimada uma regressão ³ esta teria um valor negativo para o coeficiente associado ao nível inicial do PIB per capita, salientando-se um ritmo de convergência muito lento. Esta situação revelaria também um ajustamento global muito fraco o que indica que os comportamentos regionais serão influenciados por outros factores além do nível inicial do PIB per capita.

A maioria dos estudos sobre convergência regional na União Europeia revelam um ritmo muito lento de convergência entre as economias regionais. Tendo em atenção a visão neoclássica, e atendendo ao modelo de Solow, justificar-se-ia uma clara dinâmica de convergência, motivada pela existência de rendimentos marginais decrescentes que afectariam os factores acumuláveis.

4.3 EVOLUÇÃO DAS DIFERENÇAS REGIONAIS NA UE AO LONGO DO PERÍODO 1995-2006

O crescimento económico nas regiões da UE, ao longo do período foi assinalado pelas adesões dos Países da Europa Central e Oriental (PECO) (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa em 2004).

Vamos iniciar a nossa análise pela UE15, neste caso as disparidades de níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias, no período de 1995 a 2006, permanecem elevadas.

Em 2006, o grupo das 10 regiões mais ricas apresentava em média um PIB per capita, calculado às paridades do poder de compra, equivalente a 182% do valor médio da totalidade das regiões europeias UE15, verificamos que a composição do grupo das regiões mais ricas pouco se altera no período 1995-2006.

No caso das dez regiões mais pobres representavam, no seu conjunto, cerca de 56% do PIB per capita médio (ver quadro 4.2). Na análise efectuada verificamos que grupo das

³ Para ver a regressão mencionada pode ser consultada a referência Silva, Sandra e Silva, Mário Rui, (2000)

dez regiões mais pobres inclui em 1995 quatro regiões, Nuts II, portuguesas (Região Autónoma da Madeira, Norte, Centro, e Região Autónoma dos Açores com 58%, 55%, 55% e 51% do PIB per capita médio, respectivamente), em 2006 existem ainda duas regiões portuguesas que se mantêm no grupo das regiões mais pobres (Centro e Norte com 58% e 54% do PIB per capita médio, respectivamente)

Quadro 4.2 PIB per capita (PPC, EU15=100)

	1995		2006
Grupo das 10 regiões mais ricas	176	Grupo das 10 regiões mais ricas	182
UKI1 - Inner London	241	UKI1 - Inner London	299
BE10 - Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest	226	LU - Luxembourg (Grand-Duché)	238
LU - Luxembourg (Grand-Duché)	192	BE10 - Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest	208
DE60 - Hamburg	187	DE60 - Hamburg	178
AT13 - Wien	169	NL11 - Groningen	155
DE71 - Darmstadt	152	FR10 - Île de France	151
FR10 - Île de France	152	DE21 - Oberbayern	150
DE21 - Oberbayern	149	AT13 - Wien	148
ITD1 - Provincia Autonoma Bolzano-Bozen	147	SE11 - Stockholm	148
DE50 - Bremen	147	UKJ1 - Berkshire, Bucks and Oxfordshire	146
Grupo das 10 regiões mais pobres	54	Grupo das 10 regiões mais pobres	56
ES61 - Andalucía	59	ITF4 - Puglia	60
FR93 - Guyane (FR)	58	ITF6 - Calabria	60
PT30 - Região Autónoma da Madeira (PT)	58	ITG1 - Sicilia	60
PT11 - Norte	55	ITF3 - Campania	59
PT16 - Centro (PT)	55	PT16 - Centro (PT)	58
FR91 - Guadeloupe (FR)	54	FR94 - Reunion (FR)	55
GR21 - Ipeiros	53	GR11 - Anatoliki Makedonia, Thraki	54
FR94 - Reunion (FR)	51	PT11 - Norte	54
PT20 - Região Autónoma dos Açores (PT)	51	GR23 - Dytiki Ellada	53
ES43 - Extremadura	51	FR93 - Guyane (FR)	44

Considerando as adesões dos Países da Europa Central e Oriental (PECO) (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa em 2004) verificamos que valor médio do PIB per capita medido em paridades poder de compra diminui 9,62% em 1995 (UE25 15.326,80 PPC e UE15 16.958,20 PPC) e diminui 7,42% em 2006 (UE25 24.555,10 PPC e UE15 26.521,90 PPC). Esta situação põe em relevo ao aumento das disparidades regionais com efeito directo na diminuição do PIB per capita médio, e, consequentemente com um maior afastamento

das regiões mais ricas e das mais pobres, relativamente à média do PIB per capita na UE25.

Na análise do grupo das dez regiões mais pobres da UE25 (ver quadro 4.3) verificamos que não existe nenhuma região portuguesa, surgindo como regiões mais pobres, regiões relativas ao PECO (em 1995, essencialmente, Letónia, Polónia e Lituânia e em 2006, Polónia e Hungria).

Quadro 4.3 PIB per capita (PPC, EU25=100)

1995		2006	
Grupo das 10 regiões mais ricas	195	Grupo das 10 regiões mais ricas	197
UK11 - Inner London	267	UK11 - Inner London	323
BE10 - Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest	251	LU - Luxembourg (Grand-Duché)	257
LU - Luxembourg (Grand-Duché)	213	BE10 - Région de Bruxelles-Capitale/Brussels Hoofdstedelijk Gewest	224
DE60 - Hamburg	207	DE60 - Hamburg	192
AT13 - Wien	187	NL11 - Groningen	167
DE71 - Darmstadt	168	FR10 - Île de France	163
FR10 - Île de France	168	DE21 - Oberbayern	162
DE21 - Oberbayern	165	AT13 - Wien	160
ITD1 - Provincia Autonoma Bolzano-Bozen	163	SE11 - Stockholm	160
DE50 - Bremen	162	UKJ1 - Berkshire, Bucks and Oxfordshire	158
Grupo das 10 regiões mais pobres	33	Grupo das 10 regiões mais pobres	38
EE - Estonia	35	HU23 - Dél-Dunántúl	41
HU32 - Észak-Alföld	35	HU33 - Dél-Alföld	40
SK04 - Východné Slovensko	35	PL52 - Opolskie	40
LT - Lithuania	33	HU31 - Észak-Magyarország	39
PL62 - Warminsko-Mazurskie	33	HU32 - Észak-Alföld	39
PL31 - Lubelskie	32	PL33 - Świętokrzyskie	38
PL33 - Świętokrzyskie	32	PL62 - Warminsko-Mazurskie	38
PL34 - Podlaskie	32	PL34 - Podlaskie	37
PL32 - Podkarpackie	31	PL32 - Podkarpackie	35
LV - Latvia	30	PL31 - Lubelskie	34

Na UE25 as disparidades de níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias, no período de 1995 a 2006, são mais elevadas quando comparadas com a amostra UE15.

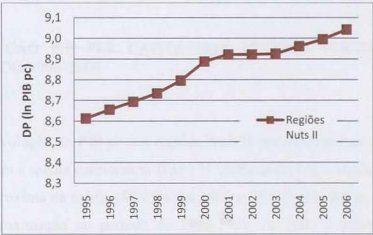
Em 2006, o grupo das 10 regiões mais ricas apresentava em média um PIB per capita, calculado às paridades do poder de compra, equivalente a 197% do valor médio da totalidade das regiões europeias UE25, verificamos que a composição do grupo das regiões mais ricas pouco se altera no período 1995-2006 (ver Quadro 4.3).

Na amostra UE 25, salienta-se o aumento das disparidades regionais, assinalado, principalmente, com a diminuição do PIB per capita médio e com elevado afastamento das 10 regiões mais pobres (da Hungria e da Polónia) que representavam, no seu conjunto, cerca de 38% do PIB per capita médio.

4.3.1 CONVERGÊNCIA SIGMA NO PERÍODO 1995-2006 NUTS II (UE25)

Analisando a evolução o desvio padrão do logaritmo do PIB por habitante para o presente horizonte temporal, aplicado às regiões Nuts II verificamos um acentuado aumento dispersão, desta forma verifica-se que existe ausência de convergência sigma.

Gráfico 4.1 Convergência Sigma

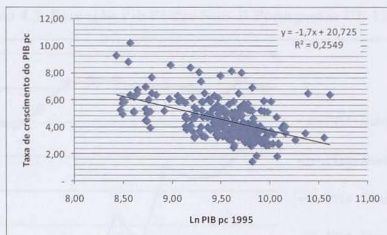


4.3.2 CONVERGÊNCIA BETA ABSOLUTA NO PERÍODO 1996-2006

A convergência absoluta é entendida como a obtenção de sinal negativo no parâmetro estimado numa regressão entre taxas de crescimento e nível do produto por habitante inicial, o que significa que as regiões Nuts II inicialmente menos desenvolvidas apresentam um crescimento económico superior.

No período relativo ao nosso estudo verifica-se que nas regiões Nuts II (UE25), existe convergência beta absoluta (ver gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 Convergência absoluta 1996/2006 Nuts II (UE25)



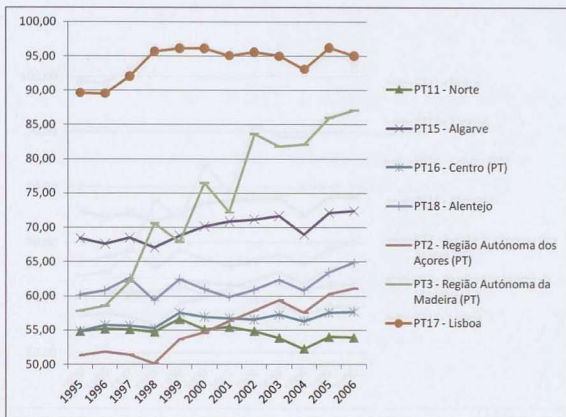
4.3.3 EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA DAS REGIÕES PORTUGUESAS NO PERÍODO 1996-2006

Analisando a evolução do PIB pc das regiões Nuts II portuguesas (ver gráfico 4.3) em comparação com a média comunitária (EU 15) verificamos que a região de Lisboa é a que mais se aproxima da média (89,63% em 1995 e 95,02% em 2006), embora registre uma maior aproximação no período de 1995-1998, de 2001 a 2004 regista-se um afastamento.

Salienta-se que no período a Região Autónoma da Madeira foi a que mais se aproximou da média da UE 15 (57,79% em 1995 e 87,10% em 2006), tendo sido a que mais cresceu no período, tendo-se aproximado de forma relevante da região de Lisboa.

No período verificamos que a Região Norte foi a que teve um menor desempenho, afastando-se ligeiramente da média da UE 15 (54,84% em 1995 e 53,92% em 2006).

Gráfico 4.3 Evolução Pib Pc das Nuts II Portuguesas UE 15 = 100



Na UE25 as disparidades de níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias, no período de 1995 a 2006, são mais elevadas.

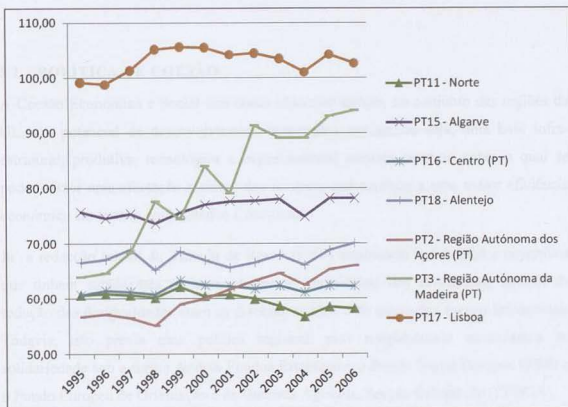
As adesões dos Países da Europa Central e Oriental (PECO) em 2004 implicaram uma redução da média comunitária do PIB per capita, pelo que desta forma os valores apresentados pelo PIB pc das regiões Nuts II portuguesas aumentaram face à média comunitária.

Analisando a evolução do PIB pc das regiões Nuts II portuguesas (ver gráfico 4.4) em comparação com a média comunitária (EU 25) verificamos que a região de Lisboa é a única que regista valores acima da média, desde 1997, (99.17% em 1995 e 102.63% em 2006), embora em 2004 se registre uma diminuição do valor do PIB pc.

Salienta-se que no período a Região Autónoma da Madeira foi a que mais se aproximou da média da UE 25 (63.94% em 1995 e 94.07% em 2006), tendo sido a que mais cresceu no período, tendo-se aproximado de forma relevante da região de Lisboa.

No período verificamos que a Região Norte foi a que teve um menor desempenho, afastando-se ligeiramente da média da UE 15 (54,84% em 1995 e 53,92% em 2006).

Gráfico 4.4 Evolução Pib Pc das Nuts II Portuguesas UE 25 = 100



5 POLÍTICA DE COESÃO E IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

5.1 POLÍTICA DE COESÃO

A Coesão Económica e Social tem como objectivo atingir, no conjunto das regiões da UE, um potencial de desenvolvimento económico similar, ou seja, uma base infra-estrutural, produtiva, tecnológica e organizacional mínima comum, sobre a qual se poderá fazer uma afectação racional dos recursos que conduza a uma maior eficiência económica em termos comunitários e nacionais.

Já a redacção inicial do Tratado de Roma (1957) estabelecia princípios e objectivos que tinham subjacentes o desenvolvimento harmonioso das economias, através da redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas. Todavia, não previa uma política regional, mas simplesmente mecanismos de solidariedade sob a forma de dois Fundos Estruturais: o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação (FEOGA).

Apesar dos países fundadores da CEE não apresentarem todos o mesmo nível de desenvolvimento económico e de condições de vida, as diferenças existentes começaram a acentuar-se com os sucessivos alargamentos, sobretudo com as adesões da Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986).

Com a adopção do Acto Único Europeu, em 1986, o reforço da coesão económica e social surgiu como consequência do avanço do processo de integração das economias dos Estados-membros, passando a ser um dos princípios básicos determinantes do modelo de construção europeia que se pretende atingir, conduzindo a um grau mais elevado de integração das economias nacionais e regionais com uma progressiva aproximação dos níveis de rendimento médio, e de padrões e qualidade de vida das populações. Assim, a coesão económica e social tornou-se numa nova competência da Comunidade e foram fixados os seus objectivos e meios.

De entre esses meios, reteve principalmente uma utilização sistemática dos Fundos Estruturais e previu, para tal, uma reforma das respectivas regras de funcionamento.

Ao longo do ano de 1988, o Conselho Europeu deu o seu acordo de princípio a um certo número de medidas económicas designadas "Pacote Delors I" que previam uma duplicação da dotação dos Fundos Estruturais nos 5 anos subsequentes, até 1993.

No ano de 1988, ocorreu uma reforma dos Fundos Estruturais aumentando, significativamente, os seus efeitos redistributivos em favor dos Estados-Membros e regiões menos prósperas. De acordo com este objectivo salienta-se a criação do Objectivo n.º 1, de forma a garantir a concentração dos recursos nas regiões com o PIB per capita mais baixo.

Pela primeira vez os Fundos Estruturais (instrumentos através dos quais a UE implementa as suas políticas estruturais) - o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o FEOGA-Orientação - iniciaram uma actuação concertada de modo a tornar a sua aplicação mais eficaz.

O FEDER, instituído em 1975, tem como objectivos reforçar o potencial económico nas regiões assistidas, apoiar o ajustamento estrutural e promover o crescimento e o emprego duradouro. Para atingir tais objectivos, este fundo apoia o investimento produtivo, projectos de infra-estruturas e acções para o desenvolvimento do potencial económico das regiões, através da comparticipação financeira em programas operacionais, do auxílio a grandes projectos, de subvenções globais, de apoio técnico e de estudos preliminares. Para além disso, incentiva também a cooperação transfronteiriça e o intercâmbio de experiências entre os Estados-Membros.

O Fundo Social Europeu (FSE) foi instituído pelo Tratado de Roma. Desde a reforma de 1988, tem tido como objectivo combater o desemprego de longa duração, fomentar a capacidade de emprego de jovens e, desde 1993, promover a adaptação da mão-de-obra à mutação industrial, contribuindo para o financiamento da formação profissional, medidas de apoio ao emprego e melhoria do sistema educativo. Tem como objectivo a integração dos excluídos do mercado de trabalho, promovendo o princípio da igualdade de oportunidades e o combate à exclusão social. Financia igualmente medidas complementares, tais como o desenvolvimento de sistemas de certificação e reconhecimento de habilitações, de formação de formadores e funcionários públicos, apoio técnico e acções inovadoras.

Neste contexto, os Estados-membros apresentaram os seus Planos de Desenvolvimento Regional, com base nos quais foram seleccionados os programas e os projectos que seriam apoiados financeiramente pela Comunidade durante um período de 5 anos, 1º Quadro Comunitário de Apoio, 1989-1993.

Este apoio comunitário foi muito importante para os Estados e para as regiões menos prósperas. O impacto macroeconómico foi positivo para Portugal, em que para além dos efeitos na taxa de crescimento do Produto, o apoio comunitário permitiu suprimir muitas lacunas existentes no campo das infra-estruturas e, simultaneamente, dinamizar indirecta e directamente outros sectores - através do apoio ao investimento produtivo - e valorizar o capital humano (formação profissional, emprego e educação).

O Tratado da União Europeia, resultante do acordo alcançado em Maastricht, consagrou o aprofundamento da integração europeia, consubstanciado no Mercado Único, na irreversibilidade da União Económica e Monetária (UEM).

A realização da União Económica e Monetária, em particular, tornou mais complexo no curto prazo a redução das disparidades regionais na Comunidade, na medida em que as exigências inerentes (“convergência nominal”) em matéria de rigor orçamental e de política monetária poderiam colocar em causa a manutenção dum ritmo de crescimento mais acelerado, indispensável à recuperação do atraso existente.

O Tratado de Maastricht confirmou o princípio de Coesão Económica e Social (artigos 158.º a 162.º), elemento subjacente à formulação e concretização das políticas da Comunidade e definiu os instrumentos mediante os quais a Comunidade apoiaria directamente o reforço da Coesão Económica e Social, através dos Fundos com finalidade estrutural, que já existiam, e ainda pela criação de um novo Fundo – o Fundo de Coesão (criado em Março de 1994).

O Tratado da UE consagrou ainda um Protocolo sobre a Coesão Económica e Social em que os Estados-membros declararam a sua intenção de permitir uma maior flexibilidade na atribuição dos financiamentos comunitários, tendo em consideração a necessidade de não aumentar excessivamente as despesas orçamentais dos Estados-membros. O Protocolo estabeleceu ainda o acesso ao Fundo de Coesão, aos Estados-membros cujo PNB per capita fosse inferior a 90% da média comunitária, e que tivessem definido um programa que lhes permitisse preencher os requisitos referidos no artigo 104.º-C do

Tratado CE sobre os défices públicos excessivos no âmbito da coordenação das políticas económicas para a prossecução da UEM. Quatro Estados-membros preenchiam estes requisitos: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal (designado de forma habitual como países da coesão)

Paralelamente, a Comunidade foi levada a proceder a um novo e substancial aumento da dotação dos Fundos Estruturais. Com efeito, após a assinatura do Tratado de Maastricht, a Comissão tinha proposto um aumento considerável, o denominado "Pacote Delors II". O Conselho Europeu, reunido em Edimburgo, em Dezembro de 1992, apenas considerou uma parte das propostas e planeou o escalonamento das despesas a mais longo prazo. O esforço consentido foi considerável. Este esforço financeiro foi acompanhado por uma reforma importante dos Fundos Estruturais. Decidida em Julho de 1993 pelo Conselho, esta reforma pretendeu responder a uma dupla preocupação: por um lado, à integração de todas as intervenções estruturais na estratégia global da luta contra o desemprego; e, por outro, ao desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.

Em Janeiro de 2007, com o alargamento à Bulgária e à Roménia (em 2004 tinham aderido os países PECO), a realidade da EU 27 alterou-se. A sua superfície aumentou mais de 25%, a sua população mais de 20%, enquanto a sua riqueza só aumentou cerca de 5%. O PIB médio por habitante da UE diminuiu mais de 10% e as disparidades regionais foram multiplicadas por dois. Dado que aproximadamente 60% das regiões menos desenvolvidas se situam doravante nos 12 Estados-membros que aderiram a partir de 2004, o centro de gravidade da política regional deslocou-se para Leste.

5.2 FUNDOS ESTRUTURAIS

Os recursos destinados às políticas estruturais da UE sofreram um forte aumento de 3,7 mil milhões de ECU em 1985, para 18,3 mil milhões em 1992, tendo aumentado para 33 mil milhões em 1999.

No período de 1994 a 1999, estavam disponíveis cerca de 170 mil milhões de ECU relativos ao orçamento da Comunidade destinados às políticas estruturais, aquele montante representava cerca de um terço da despesa total da Comunidade e 0,45% do seu PIB.

No período de 1989 a 99, a despesa da UE com as políticas estruturais atingiu cumulativamente 6,5% do PIB anual da UE. Se a situação fosse comparada com o apoio do Plano Marshall à Europa do pós-guerra que foi equivalente a 1% ao ano do PIB dos EUA e tendo atingido cumulativamente (no período de 1948 a 1951) 4% do PIB dos EUA, verificamos a importância significativa dos recursos da UE destinados às políticas estruturais.

No período de 1994 a 1999, cerca de 85% do financiamento efectuado pelos Fundos Estruturais centram-se em quatro objectivos da política regional: Objectivo 1 - para regiões menos desenvolvidas (cerca de 70%); Objectivo 2 - para o ajustamento das regiões mais afectadas pelo declínio industrial (11%); Objectivo 5b - para o ajustamento estrutural em zonas rurais (4%) e Objectivo 6 - para o ajustamento de zonas com baixa densidade populacional (0,5%).

De acordo com dados da UE para o período de 1994 a 2006, em Portugal empresas apoiadas atingiram aumentos de produtividade de cerca de 5% ao ano e um aumento do emprego de 2,5% ao ano.

5.2.1 REFORMA FUNDOS ESTRUTURAIS (FE) (PERÍODO 2000 A 2006)

Para o período de 2000 a 2006, foi efectuada uma redefinição dos objectivos e dos meios das ajudas estruturais às regiões e grupos sociais menos favorecidos, implicando assim uma modificação na execução da política de coesão económica e social da União Europeia. Em seguida indicaremos as modificações consideradas mais relevantes para os objectivos deste trabalho.

5.2.1.1 OS OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS DOS FE PARA O PERÍODO DE 1994 A 1999

Os objectivos prioritários dos fundos estruturais para o período de 1994 a 1999 eram seis:

- Objectivo nº 1: promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;
- Objectivo nº 2: reconverter as regiões gravemente afectadas pelo declínio industrial;

- Objectivo nº 3: lutar contra o desemprego de longa duração e facilitar a inserção profissional dos jovens e das pessoas expostas à exclusão do mercado de trabalho;
- Objectivo nº 4: facilitar a adaptação dos trabalhadores (m/f) às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção;
- Objectivo nº 5a: acelerar a adaptação das estruturas agrícolas no âmbito da reforma da política agrícola comum e facilitar as medidas de adaptação das estruturas da pesca no âmbito da revisão da política comum da pesca;
- Objectivo nº 5b: facilitar o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das zonas rurais. Além disso, o Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia estabeleceu um novo objectivo para os fundos estruturais; e
- Objectivo nº 6: promover o desenvolvimento das regiões com uma densidade populacional extremamente reduzida.

Os fundos estruturais eram os seguintes: O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder); o Fundo Social Europeu (FSE); e a secção Orientação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA-O).

Quadro 5.1 Distribuição dos fundos no período 1994-1999:

Objectivo nº 1	Feder	FSE	FEOGA-O	IFOP
Objectivo nº 2	Feder	FSE		
Objectivo nº 3		FSE		
Objectivo nº 4		FSE		
Objectivo nº 5a			FEOGA-O	IFOP
Objectivo nº 5b	Feder	FSE	FEOGA-O	
Objectivo nº 6	Feder	FSE	FEOGA-O	IFOP

5.2.1.2 OS OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS DOS FE PARA O PERÍODO DE 2000 A 2006

Os objectivos prioritários dos fundos estruturais para o período de 2000 a 2006 foram três:

- Objectivo nº 1: promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas, o enunciado deste objectivo não é alterado (a regulamentação prevê que sejam integradas no objectivo

nº 1, as zonas actualmente elegíveis para o objectivo nº 6 e as regiões ultraperiféricas, tal como definidas pelo Tratado de Amesterdão);

- Objectivo nº 2: apoio à reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais. Este novo objectivo, centrado na reconversão económica e social, reúne os objectivos nº 2 e nº 5b actuais e é ainda alargado a outras zonas (zonas urbanas em dificuldade, zonas em crise dependentes da pesca e zonas em reconversão fortemente dependentes dos serviços) confrontadas com o mesmo problema de insuficiente diversificação económica.

- Objectivo nº 3: apoio à adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego

Este novo objectivo, que reúne os anteriores objectivos nº 3 e nº 4, deve ser considerado na perspectiva do novo título sobre o emprego inscrito no Tratado de Amesterdão. Pode intervir em todo o território da União Europeia, salvo nas regiões abrangidas pelo novo objectivo nº 1, atendendo às necessidades gerais das zonas confrontadas com problemas estruturais de reconversão económica e social. Constitui, além disso, o quadro de referência em matéria de desenvolvimento dos recursos humanos num Estado-membro, sem prejuízo das especificidades regionais. As medidas do antigo objectivo nº 5a serão financiadas pelo FEOGA-Orientação nos novos programas do objectivo nº 1, e, no restante território da União Europeia, pelo FEOGA-Garantia e o IFOP, no âmbito do acompanhamento da política agrícola comum e da política comum da pesca.

Os fundos estruturais:

- O IFOP passa a ser um fundo estrutural. Financia medidas de acompanhamento da política comum da pesca em todo o território da União Europeia. Nas regiões elegíveis para o objectivo nº 1, os financiamentos do IFOP são integrados nos programas de desenvolvimento regional com os outros fundos estruturais.

- O FEOGA é o instrumento financeiro da política de desenvolvimento rural, considerada o segundo pilar da política agrícola comum (PAC). Financia medidas de desenvolvimento rural em todo o território da União Europeia. As intervenções serão financiadas pelo FEOGA-Orientação, nas regiões elegíveis para o objectivo nº 1 (com excepção das ajudas compensatórias nas zonas desfavorecidas e das três medidas de acompanhamento da reforma da PAC de 1992), e pelo FEOGA-Garantia nas outras regiões.
- O FEOGA-Garantia não é um fundo estrutural, mas contribui para a realização do objectivo nº 2. Nestas zonas, os Estados-membros podem integrar as medidas de desenvolvimento rural nos programas de desenvolvimento regional com as outras medidas financiadas pelos fundos estruturais, ou reuni-las na programação horizontal das medidas de desenvolvimento rural fora das zonas elegíveis para o objectivo nº 1.

Quadro 5.2 Distribuição dos fundos no período 2000-2006

Objectivo nº 1	Feder	FSE	FEOGA-O	IFOP
Objectivo nº 2	Feder	FSE		
Objectivo nº 3		FSE		

No caso Português é importante assinalar as diferenças na definição do objectivo n.º1:

No período 1994 a 1999, Objectivo nº 1: desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas era definido com base no critério geral do PIB por habitante inferior a 75% da média comunitária, mas com certas derrogações, a regulamentação de 1993 fixou a lista das regiões elegíveis para o objectivo nº 1, no período 1994-1999, a que veio juntar-se o Burgenland austríaco em relação a 1995-1999.

No período 2000 a 2006, Objectivo nº 1: desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. A regulamentação prevê que a lista das regiões elegíveis seja estabelecida pela Comissão Europeia em estrita aplicação do mesmo critério que anteriormente: as regiões NUTS II cujo produto interno bruto (PIB) por habitante é inferior a 75% da média comunitária. O PIB por habitante é medido em paridades de poder de compra, a partir dos dados comunitários disponíveis dos últimos três anos, ou seja 1994-1995-1996, em 24 de Março de 1999 (dia correspondente ao acordo do Conselho Europeu de Berlim). Adicionalmente, a regulamentação determina ainda que

as regiões ultraperiféricas (os departamentos franceses ultramarinos, os Açores, a Madeira e as ilhas Canárias), todas com um nível de PIB por habitante inferior a 75% da média comunitária, sejam igualmente elegíveis para o objectivo nº 1.

No Quadro Comunitário de Apoio III, a região de Lisboa e Vale do Tejo encontrava-se num regime transitório de “phasing-out” de objectivo 1. Esta situação ocorria devido ao progresso alcançado pela região no processo de convergência real no espaço europeu, apresentando-se como única NUTS II portuguesa com um nível de PIB por habitante superior a 75% da média comunitária

Até 2006, com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo que se encontrava num regime transitório de “phasing-out” de objectivo 1, todas as regiões Nuts II portuguesas se encontravam no objectivo nº1.

Após 2006, verificou-se uma reforma da política de coesão para o período de 2007-2013. Apesar de o principal objectivo da política de coesão ser a redução das diferenças entre os países da UE e as regiões, a maior parte dos recursos disponibilizados pelos Fundos Comunitários para o período de 2007-2013, será destinada às regiões e aos países mais pobres.

Em termos comparativos, a título de exemplo, se no ano de 1989, 56% dos recursos disponíveis foram atribuídos às regiões com rendimentos mais baixos para o período de 2007 a 2013 estima-se que a proporção seja de 85%.

Com as adesões à UE dos Países PECO (2004) e da Roménia e Bulgária em 2007, estima-se que a população dos novos Estados-Membros represente cerca de 21% da população da UE27 e deverão receber, aproximadamente, mais de que 52% dos recursos disponibilizados pela UE para o período de 2007 a 2013.

5.2.2 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL 2007-2013

Os objectivos prioritários dos fundos estruturais para o período de 2007 a 2013 são três:

- **Convergência:** destina-se a acelerar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidos, melhorando as condições de crescimento e de emprego através do aumento e melhoria da qualidade do investimento em capital físico e humano, do

desenvolvimento da inovação e da sociedade baseada no conhecimento, da capacidade de adaptação às mudanças económicas e sociais, da protecção e melhoria do ambiente, e da eficácia administrativa. Este objectivo constitui a prioridade dos fundos;

- **Competitividade Regional e do Emprego:** fora das regiões menos desenvolvidas, destina-se a reforçar a competitividade e a capacidade de atracção das regiões, bem como o emprego, antecipando-se às mudanças económicas e sociais, incluindo as relacionadas com a abertura do comércio, através do aumento e melhoria da qualidade do investimento em capital humano, da inovação e da promoção da sociedade baseada no conhecimento, do espírito empresarial, da protecção e melhoria do ambiente, da melhoria da acessibilidade, da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, bem como da criação de mercados de trabalho inclusivos; e
- **Cooperação Territorial Europeia:** destina-se a reforçar a cooperação transfronteiriça através de iniciativas locais e regionais conjuntas, a reforçar a cooperação transnacional mediante acções em matéria de desenvolvimento territorial integrado relacionado com as prioridades da Comunidade, e a reforçar a cooperação inter-regional e o intercâmbio de experiências ao nível territorial adequado.

Quadro 5.3 Objectivos, Fundos Estruturais e Instrumentos 2007-2013

Objectivos:	Fundos Estruturais e Instrumentos de Coesão		
Convergência	FEDER	FSE	Fundo de Coesão
Competitividade Regional e do Emprego	FEDER	FSE	
Cooperação Territorial Europeia	FEDER	FSE	
	infra-estruturas, inovação, etc	formação profissional, ajudas ao emprego, etc	infra-estruturas de transporte e energia, energias renováveis
	Todos os EM e regiões		EM com um PNB inferior a 90%

Quadro 5.4 Política de Coesão 2007-2013 (Orç: 308.041 milhões de EUR, 0,37% do RNB da EU)

Programas e Instrumentos	Eligibilidade	Afectação	
Objectivo: Convergência		81,54%	
		251.177	milhões Eur
Programas nacionais e regionais FEDER FSE	Regiões com PIB pc < 75%da média UE25	57,49%	
	Efeito estatístico Regiões com PIB pc < 75%da média U15 e > 75%da média U25	177.084	milhões Eur
		4,06%	
		12.521	milhões Eur
Fundo de coesão incluindo phasing-out	EM com PNB pc < 90% média UE25	19,98%	
		61.558	milhões Eur
Objectivo: Competitividade Regional e do Emprego		15,95%	
		49.128	milhões Eur
Programas regionais FEDER Programas nacionais FSE	EM sugerem lista de regiões (Nuts I ou NutsII)	12,58%	
	"Phasing-in" (Regiões do Objectivo 1-entre 2000-06 e não cobertas pelo Objectivo Convergência)	38.742	milhões Eur
		3,37%	
		10.385	milhões Eur
Objectivo: Cooperação Territorial Europeia		15,95%	
		49.128	milhões Eur
Prog. Transfronteiriços e transnacionais e construção de redes (FEDER)	Regiões fronteiriças e grandes regiões	2,52%	
		7.750	milhões Eur

Verifica-se que o objectivo de convergência é considerado da maior importância para os fundos estruturais, relativos ao período de 2007-2013, sendo que são atribuídos aos fundos 81.54% dos fundos estruturais.

Quadro 5.5 Classificação das Regiões Portuguesas



No período de 2007-2013 a classificação das regiões por objectivos sofreu alterações, relativamente ao período anterior (todas regiões eram consideradas objectivo n.º1), as regiões Lisboa e Região autónoma da Madeira são classificadas no Competitividade Regional e do Emprego, sendo as regiões Norte, Centro, Alentejo, Região autónoma dos Açores e Algarve classificadas no objectivo Convergência

Quadro 5.6 Recursos Financeiros do QREN- Portugal

QREN 2007 - 2013		
7. QREN - RECURSOS FINANCEIROS (Milhões Euros)		
FUNDOS / OBJECTIVOS	2007 - 2013	REGIÃO
Fundo de Coesão	2 715	País
Objectivo Convergência	15 143	Norte, Centro, Alentejo, Açores
Instrumento RUP (Convergência)	58	Açores
Objectivo Competitividade	435	Lisboa
Instrumento RUP (Competitividade)	59	Madeira
Phasing Out	253	Algarve
Phasing In	347	Madeira
Cooperação	83	
Transfronteiriça	55	
Transnacional	28	
TOTAL	19 095	País

5.2.2.1 PONTO DE SITUAÇÃO ACTUAL DO QREN

Este Relatório Estratégico 2009, relativo ao QREN visa responder à de intervenção efectiva do QREN e os dos seus Programas Operacionais e de que forma é que têm contribuído, através de uma estratégia de desenvolvimento alinhada com o paradigma definido pela Estratégia de Lisboa renovada, para o reforço da coesão económica e social da UE e o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das suas regiões e territórios.

Verificamos que apesar do no Relatório Estratégico 2009 ser referido:

“A implementação do QREN, observada em termos dos compromissos já assumidos e das realizações concretizadas até Setembro de 2009, está claramente em linha com as prioridades estratégicas definidas – promover a qualificação dos portugueses, promover o crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades, aumentar a eficiência da governação – contribuindo, assim, para que as operações co-financiadas pelos fundos estruturais e Fundo de Coesão possam desempenhar, com eficácia, o seu papel na superação dos constrangimentos de natureza estrutural e no estímulo a dinâmicas sustentadas de desenvolvimento económico, social e territorial do país e das suas regiões.”

A despesas efectuadas, no período de 2007 até Setembro de 2009, com recursos do QREN foram de 2,9% relativamente os recursos totais, tendo em conta que o QREN se refere ao período de 2007 a 2013, julgamos que os meios disponibilizados pelos fundos estruturais poderiam estar a ser utilizados de forma mais célere, desta forma a economia portuguesa conheceria, provavelmente, um maior impulso de forma a enfrentar a crise económica registada num contexto de economia global.

5.3 IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS PARA A CONVERGÊNCIA REAL DA ECONOMIA PORTUGUESA

A União Europeia proporcionou a Portugal, no âmbito da política de coesão, o acesso a fundos estruturais e ao fundo de coesão (em 20 anos, cerca de 50 mil milhões de euros) que se juntaram à utilização de recursos nacionais. De realçar que a partir do QCA II nasce o Fundo de Coesão, dirigido especificamente a Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia (conhecidos como países da coesão). Os Fundos estruturais incluindo o Fundo de Coesão terá permitido aumentar o PIB pc dos “países da coesão” (na sequência do que aconteceu para Portugal ver quadro 5.7), recomendamos ver a análise da evolução do PIB pc e taxa média de crescimento do PIB pc, para os “países da coesão”, efectuada no Capítulo 3.5.4 - Convergência de Portugal face à média da EU.

Através do Quadro 5.7- Impacto macroeconomico dos QCA I,II e III podemos verificar a relevante influencia dos fundos estruturais na economia portuguesa, de realçar o impacto dos fundos estruturais nas seguintes variáveis macroeconomicas:

- a) O PIB (GDP) com os fundos estruturais para o período de 1989 a 1992, aumenta 1,7%, no período de 1993 a 1996 aumenta 1,5% e se considerarmos o período alargado de 1989 a 2008 aumenta 2,6%;
- b) O PIB pc em paridades poder de compra(GDP per capita (PPP)) com os fundos estruturais para o período de 1989 a 1992, aumenta 1,4%, no período de 1993 a 1996 aumenta 1,5% e se considerarmos o período alargado de 1989 a 2008 aumenta 2,5%;
- c) O Valor acrescentado bruto para o sector de bens não transaccionáveis (Values Added Non-Tradable Sector) com os fundos estruturais para o período de 1989 a 1992, aumenta 2,6%, no período de 1993 a 1996 aumenta 3,6% e se considerarmos o período alargado de 1989 a 2008 aumenta 3,6%;
- d) O Formação Bruta de Capital Fixo (Stock of Capital In Infrastructures) com os fundos estruturais para o período de 1989 a 1992, aumenta 6,1%, no período de 1993 a 1996 aumenta 27% e se considerarmos o período alargado de 1989 a 2008 aumenta 33,5%.



Através dos indicadores revelados verificamos que Portugal evidencia uma forte dependência das acções estruturais com recurso aos fundos estruturais desde a adesão à UE.

A convergência real da economia portuguesa relativamente à UE (ver Capítulo 3.5.4 - Convergência de Portugal face à média da EU) muito se deve ao efeito dos fundos estruturais e do fundo de coesão na economia nacional. Desta forma registamos que a economia portuguesa convergiu com a EU15 no período de 1986 a 2000. Após o ano 2000 e apesar de continuarmos a ter acesso aos fundos estruturais e economia nacional encontra-se numa situação de divergência relativamente ao União Europeia.

No que se refere à análise da convergência regional nacional com a UE (ver Capítulo 4), é importante não esquecermos a importância dos Programas Operacionais que utilizando Fundos Estruturais, permitiram a aproximação do nível de vida das regiões portuguesas à média da UE. Esta situação pode ser verificada através do quadro 5.8, o recurso aos Programas Operacionais regionais permitiu ao Alentejo, à Madeira e aos Açores aumentarem o seu Pib pc, no período de 2000 a 2003, em 2,3%, 2,9% e 4,2%, respectivamente.

Quadro 5.7 Impacto macroeconomico dos QCA I,II e III

1989-1992	1993-1996	1997-2020	1989-2008	2009-2020	1989-2020
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

percent deviation between scenarios with and without CSF

GDP	1,7	1,5	3,0	2,6	2,7	2,7
Potential output	1,0	3,3	3,6	3,7	2,4	3,3
GDP per capita (ppp)	1,4	1,5	2,8	2,5	2,5	2,5
Value Added Tradable sector	1,7	1,0	4,5	3,2	4,6	3,7
Values Added Non-Tradable sector	2,6	3,6	2,5	3,6	1,0	2,6
Private Consumption	0,9	1,1	2,0	1,8	1,7	1,7
Private Consumption Deflator	1,0	2,3	-3,4	-0,3	-5,2	-2,2
Total Employment	0,8	0,3	-1,4	-0,3	-1,8	-0,9
Labour Productivity	0,9	1,2	4,6	3,1	4,8	3,7
Unit Labour Costs	1,2	3,4	-8,3	-2,3	-11,3	-5,7
Stock of Capital in Infrastructures	6,1	27,0	35,3	33,5	25,8	30,6
Stock of Human Capital	0,6	1,7	2,7	2,1	2,6	2,3

Fonte: Dias, A. M. (2007)

Quadro 5.8 Impacto macroeconomico dos QCA I,II e III

Impact of ROPs on regional GDP

Region (NUTS 2)	GDP per capita (Portugal=100) 1999	Impact of the whole of ROPs on regional GDP (average 2000-2003) %
North	82	1,3
Center	80	1,5
Lisbon and Tagus Valley	133	0,8
Alentejo	80	2,3
Algarve	99	1,3
Azores	76	4,2
Madeira	105	2,9
Portugal	100	1,2

Fonte: Dias, A. M. (2007)

6 CONCLUSÕES

As mais de duas décadas cumpridas desde a adesão de Portugal à União Europeia provocaram transformações relevantes no plano social e económico. Atendendo à complexidade de análise das várias modificações ocorridas no período após adesão de Portugal à UE, foi nossa intenção no trabalho agora finalizado, contribuir, embora de forma modesta para um detalhado conhecimento da evolução do nível de vida português desde a adesão de Portugal à União Europeia.

A análise da convergência real da economia portuguesa desde a adesão à UE foi produzida com recurso ao rendimento per capita como indicador exclusivo de desenvolvimento, sabemos que para analisar o desenvolvimento deveríamos recorrer a mais indicadores não só de carácter económico, mas também indicadores de natureza social e política. No entanto, baseados nas teorias do crescimento focalizamos nossa atenção apenas na evolução do crescimento da economia portuguesa, medida com base no PIB per capita, para desta forma podermos aferir a convergência ou divergência da economia nacional relativamente à Economia Mundial e União Europeia e analisar a convergência regional com a UE.

Utilizando como base de dados a PWT 6.3 “Penn World Table Version 6.3” de Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten (2009), pôde concluir-se, numa primeira abordagem de carácter descritivo, que existiu entre 1986 e 2007 um recuo da UE15 no Mundo, quer em termos demográficos (peso da população), quer em termos económicos (peso do Produto Interno Bruto). Esta situação é explicada, essencialmente, pelo aumento de importância de economias como a China, a Índia, o Brasil e o Japão.

Em termos de PIB pc verifica-se no período de 1986 e 2007, uma melhoria significativa da média da UE15 face à média da Economia Mundial, e uma melhoria face ao líder económico mundial, os EUA (situação mais nítida no que se refere à UE15). No entanto, importa referir que nos períodos 1992-1996 e 2002-2007 registam um afastamento do crescimento médio do PIBpc, da UE15 e de Portugal, em relação ao líder mundial, no primeiro dos períodos o afastamento é maior para a UE15 e no segundo período existe um forte afastamento de Portugal.

No período em análise verifica-se uma ausência de “convergência sigma” entre a Economia Mundial e UE15 (existe apenas um ligeiro aumento da dispersão), e, ausência de “convergência beta” absoluta no caso da Economia Mundial devido à amostra mais alargada de países.

No período em análise verifica-se que na Economia Mundial, como se trata de uma amostra alargada, existe ausência de convergência beta. No entanto, adicionando novas variáveis independentes à regressão assinala-se a existência de convergência condicionada, mas com um ajustamento global muito fraco o que indica que a taxa média de crescimento no período será influenciada por outros factores.

A análise efectuada à convergência de Portugal face à média na EU revelou a existência de convergência real no período de 1986 a 2000, com maior incidência no período de 1986 a 1990. No entanto é importante salientar que a economia portuguesa se encontra a divergir da UE desde o ano 2000.

Com base na análise da convergência regional na EU verificamos que se estudarmos a convergência sigma das regiões Nuts II no período 1980-1995, parece existir um processo de convergência muito lento, regista-se um comportamento de certa forma irregular caracterizando-se por uma diminuição de 1980 a 1984, um aumento de 1985 a 1987, seguido de nova diminuição 1988 a 1990 e um ligeiro agravamento no final da década.

A maioria dos estudos sobre convergência regional na União Europeia, ao longo do período 1980-1995, revelam um ritmo muito lento de convergência entre as economias regionais. Embora exista evidência de uma ténue convergência beta absoluta e existência de convergência condicional a um ritmo lento.

Na UE25 as disparidades de níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias, no período de 1995 a 2006, são mais elevadas quando comparadas com a amostra UE15. Esta situação resulta das adesões dos países PECO em 2004 que apresentavam menores valores de PIB pc que os países membros que integravam a UE15 (a mesma situação é aplicável às regiões Nuts II)

Relativamente ao período de 1995-2006 verifica-se que existe ausência de convergência sigma, o desvio padrão do logaritmo do PIB por habitante, aplicado às regiões Nuts II, aumenta ao longo de todo o período.

No período de 1995-2006 verifica-se que nas regiões Nuts II (UE25), existe convergência beta absoluta, claramente definida.

Na análise à evolução PIB per capita das regiões portuguesas no período 1996-2006, pode ser analisada num contexto de Nuts II UE 15 ou num contexto UE 25. Em ambos os contextos se verifica que a região que mais cresceu e se aproximou (ultrapassando no contexto UE 25) da média europeia foi a região de Lisboa, e a única região que se afasta da média é a região norte, importa também salientar o forte crescimento registado pela Região autónoma da madeira que se aproximou quer do PIB pc da região de Lisboa quer do valor médio de UE.

No capítulo 5 do trabalho, pretendemos colocar em evidência a relevância dos Fundos Estruturais em indicadores macroeconómicos importantes para analisarmos o crescimento da economia portuguesa, verificámos a os Fundos Estruturais foram essenciais para a convergência da economia portuguesa com a UE e da convergência regional na UE. Importa salientar que os Fundos Estruturais foram fundamentais no processo de convergência real da economia portuguesa. Contudo, apesar dos Fundos Estruturais a economia portuguesa desde o ano de 2000 encontra-se num processo de divergência relativamente à UE.

Julgamos que como sugestão para trabalhos futuros na área da convergência real seria relevante perceber: porque razões os Fundos Estruturais, de que a economia portuguesa tem beneficiado, permitiram a existência de convergência real com a UE até ao ano 2000 e quais as razões que a partir do ano 2000, explicam a falta de convergência real e o processo de divergência no qual a economia se encontra, actualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1º Relatório sobre a Coesão Económica e Social (1996)

2º Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2001)

3º Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2004)

4º Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2007)

5º Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2008)

6º Relatório sobre a Coesão Económica e Social (2009)

Aghion, P. e P. Howitt (1992), “A Model of Growth through Creative Destruction”, *Econometrica*, Vol. 60, Nº 2, pp 323-351.

Amaral, João Ferreira do, Serra, António de Almeida e Estêvão, João (2008), “Economia do Crescimento”, Almedina, Coleção Económicas, II Série, N.º6

Barradas, Susana; Lopes, Emídio (2007), “Processo de Convergência Regional em Portugal: Absoluta, Condicionada ou Clube?”, *Prospectiva e Planeamento* nº 14 – 2007, DPP, Lisboa.

Barradas, Susana; Martins, Natalino (2009), “Convergência económica das Regiões portuguesas 1995-2006”, Documento de Trabalho Nº 2/2009,DPP, Lisboa.

Barro, R. e X. Sala-i-Martin (1991), “Convergence Across States and Regions”, in *Brooking Papers on Economic Activity*, Brainard et. al. (editores), Brooking Institutions, Vol. 1, Washington D.C..

Barro, R e X. Sala-i-Martin (1992), “Convergence”, *Journal of Political Economy*, Vol. 100, Nº2, pp. 223-251.

Barro, R. e X. Sala-i-Martin (1995), *Economic Growth*, McGraw-Hill International Editions.

Dias, A. M. (2007), The Macroeconomic Impact of EU Structural Funds on the Portuguese Economy, DPP

DGDR (2006), Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional “Política de Coesão: Colectânea de Regulamentos 2000-2006/2007-2013”

Leal, Catarina Mendes e Branco, Telma (2009), “POLÍTICA DE COESÃO NO PÓS-2013”, Documento de Trabalho Nº 3/2009,DPP, Lisboa.

Lopes J C, (1997), “A Importância Económica da Lusofonia no Mundo: Dinâmicas de Crescimento e Convergência nos Países Membros da CPLP”, Episteme, Ano VI (2005-2006) – n.ºs 15-16-17, ISEG/UTL, Lisboa

Lopes J C, (1997), “Aproximação ou Afastamento entre Economias Ricas e Pobres?: Confronto das Respostas Teóricas mais Significativas”, Revista Estudos de Economia, vol. XVI-XVII. Nº2

Lucas, R. (1988), “On the Mechanics of Economic Development”, Journal of Monetary economics, Vol.22, pp. 3-42

Relatório estratégico do QREN 2009, Observatório do QREN

Romão, António (Org.) (2006), “ A economia portuguesa 20 anos após a adesão”, Almedina, Colecção Económicas, II Série, N.º1

Romer, P. (1986), “ Increasing Returns and Long-Run Growth”, Journal of Political Economy, Vol.94, N.º5, pp. 1002-1037.

Romer, P. (1990), “Endogenous Technical Change”, Journal of Political Economy, Vol.98, N.º 5, pp. S71-S101.

Silva, Sandra e Silva, Mário Rui, (2000) “Crescimento económico nas regiões europeias: uma avaliação sobre a persistência das disparidades regionais no período 1980-95”, Faculdade de Economia do Porto Working Papers com o n.º 96

Solow, R. (1956), “A Contribution to the Theory of Economic”, The Quarterly Journal of Economics, Vol. 70, pp. 65-94.